

ENTREVISTA COM CARLOS EDUARDO MARTINS¹ “HÁ CONTRADIÇÕES PROFUNDAS NO PRÓPRIO SISTEMA-MUNDO: A CHINA COLOCA EM QUESTÃO O PROTAGONISMO DAS POTÊNCIAS ATLANTISTAS”²

André Augusto de Paula Barbieri³
<http://orcid.org/0000-0002-1300-791X>

1) *Em meio à crise da ordem neoliberal, a economia mundial testemunha uma das suas transformações mais chamativas com a desaceleração das taxas de crescimento da China. Trata-se de uma tendência surgida com a Grande Recessão de 2008 e agravada pelos efeitos da pandemia da COVID-19 a partir de 2020. Como podemos enxergar esse panorama de longo prazo da transformação no padrão de crescimento chinês?*

Tudo indica que o sistema-mundo capitalista entrou desde 2008 em um ciclo de Kondratieff recessivo que se consolidou a partir de 2015. A inflexão se iniciou nos centros do imperialismo ocidental em 2008, mas só ganhou solidez quando se estendeu à China na segunda metade dos anos 2010. Dados da UNCTAD mostram que entre 1994-2007 a taxa de expansão do PIB per capital mundial foi o dobro da alcançada entre 1973-93, de 1,1% a.a., havendo sido reduzida para 1,3% a.a. a partir de 2008. Se trata de uma fase de expansão do ciclo de Kondratieff extremamente curta, como alertamos, que provavelmente seria, em nosso livro *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (Martins, 2011). A razão para isso é que sobre ela atuam dois movimentos de longa duração mais amplos e profundos que a restringem: a fase b do ciclo sistêmico estadunidense, de declínio dessa hegemonia, e o avanço da revolução científico-técnica que coloca na ordem do dia a

¹ Carlos Eduardo Martins (<http://orcid.org/0000-0003-1333-6737>) é Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2003). É membro do quadro permanente do Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional (PEPI/UFRJ), Professor e Pesquisador Visitante no *Arrighi Center for Global Studies* (2022), sediado na *Johns Hopkins University*. Editor-chefe da *Reorient: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo*. Coordenador do *Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia* do LEHC/UFRJ, pesquisador do CLACSO nos grupos de trabalho de *Estudos sobre Estados Unidos e China e o Mapa do Poder Mundial*. Editor do blog *Recortes da Conjuntura Mundial*. Coordenou o GT de CLACSO *Integração Regional e Unidade Latino-americana*, entre 2010-2016. É autor de *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, publicada pela Boitempo, em 2011, e em inglês, em 2020, pelas editoras Brill e Haymarket, em versão atualizada e ampliada.

² A entrevista foi realizada por email, em fevereiro de 2024.

³ Doutor e mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor da rede pública estadual em São Paulo, e editor do semanário teórico *Ideias de Esquerda*. Email: andreapbarbieri@gmail.com.

transição para um novo paradigma tecnológico baseado em tecnologias verdes, energias limpas e etapas inéditas de automação da produção e dos serviços. Essa transição requer uma elevação significativa do papel do Estado e dos gastos públicos, principalmente em ciência, educação, saúde, cultura e lazer.

Desde o início do século XX, o Estado tem elevado sistematicamente sua participação na economia, medida seja em termos nacionais ou globais. Isso é um resultado da socialização da produção que a economia capitalista e seus principais representantes se veem obrigados a impulsionar para elevar a produtividade, o mais-valor e o lucro, ou para garanti-lo por meio da acumulação por despossessão e do rentismo. Cada novo padrão de acumulação tem gerado níveis superiores de gastos públicos, que podem ser conjunturalmente agudizados caso se estabeleça uma situação de guerra generalizada e competição extrema entre polos organizadores das forças produtivas, como em 1939-1945. Entre 1900-1913, os gastos públicos nos países centrais giravam em torno de 10% do PIB, em 1937 alcançaram 20%, atingiram mais de 45% do PIB na Alemanha e nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, se reduziram a 27% no pós-guerra, por volta dos anos 1960, e no período neoliberal, de 1990-2020, se situaram entre 40% a 50% do PIB nos países da OCDE.

Estabilizar o novo padrão de acumulação requer, portanto, forte elevação do gasto e do investimento público e um incremento da tributação que os Estados Unidos e o imperialismo ocidental têm muitas dificuldades e resistências em fazer. Podemos estar falando de algo na faixa de 60% a 70% do PIB para os próximos 20 anos, ou ainda mais. A China parece muito mais vocacionada para isso que as potências capitalistas do Ocidente. Embora China e Estados Unidos tenham níveis de endividamento semelhantes em relação ao PIB, cerca de 270% do mesmo, a sua composição é muito diferente. A dívida chinesa está concentrada no setor produtivo não-financeiro estatal e apesar da acusação de má alocação de recursos feita pelos economistas liberais, os resultados positivos se manifestam nas altas taxas de crescimento do país, na liderança por faturamento das empresas chinesas na lista das 500 globais da Fortune e na sua aproximação do país da fronteira tecnológica. O governo possui alta capacidade de alavancagem e o desafio para os próximos anos será manter a solvência e a capacidade de investimento dessas empresas em um contexto de redução do crescimento global. Isso requer reorientar capacidades e eliminar a sobreprodução em setores como aço, cimento e energia. O financiamento basicamente estatal e nacional dessas firmas, a orientação para a produção e oferta de serviços e não para o lucro, e a crescente competitividade da China na economia mundial são fatores que respaldam a possibilidade de realização dessas metas. Embora as taxas de crescimento econômico na China tenham caído dos 10% e 9% alcançados durante o Kondratieff expansivo, situam-se ainda em torno aos 5%, bastante expressivos e muito superiores às dos Estados Unidos e os demais centros do imperialismo ocidental. O Estado chinês deverá financiar e organizar nos próximos anos o salto do país para o domínio da fronteira tecnológica, o que requer reorientar prioridades e alto grau de controle público da parceria entre o setor estatal,

universidades, centros de pesquisa e os setores corporativos estatal, coletivo e privado. A dívida nos Estados Unidos, Reino Unido e na zona do euro é parasitária, rentista e tem por objetivo garantir lucros extraordinários e fictícios do grande capital, com baixa contrapartida material, levando ao crescente endividamento público do Estado. A alta dívida do setor privado nesses países se vincula à perda de competitividade e às baixas taxas de investimento do setor corporativo.

2) *Essas transformações na economia mundial se refletem na geopolítica, em que se discute o retorno da era de competição entre grandes potências. Dentro disso, a disputa estratégica entre Estados Unidos e China ganha preeminência. Quais fundamentos explicam essa relação de competição estratégica?*

Em primeiro lugar apontaria que apesar da competição interestatal ser um elemento importante da conjuntura que vivemos, não creio que seja o predominante. Penso que estão em cena contradições muito profundas que podem colocar em questão o próprio sistema-mundo em que estamos vivendo. Estamos entrando em um período de caos sistêmico e cada um desses períodos que ocorreram na história do sistema-mundo capitalista teve características específicas. Normalmente períodos de caos sistêmico são aqueles em que potências decadentes escolhem um sucessor a quem se vinculam para estabelecer o prolongamento do sistema de poder mundial e garantir nele um lugar privilegiado. Foi assim quando as Províncias Unidas, em declínio, se vincularam ao Reino Unido, e este aos Estados Unidos, aceitando um papel subordinado. A razão é que há uma identidade básica na defesa do liberalismo global entre estes Estados. Não foi o caso da Espanha dos Habsburgos que tentou submeter a Europa ao seu poder imperial. Não é o caso dos Estados Unidos que não encontra na China uma sucessora do seu projeto de liberalismo global.

Diferentemente da Espanha dos Habsburgos que criou uma forma de poder que sintetizava o capitalismo e o poder político medieval, trazendo contradições de origem sem as quais o próprio sistema-mundo capitalista seria impossível, as que impedem a busca de uma solução pacífica para a crise do sistema-mundo atual são distintas e se referem ao declínio do próprio sistema capitalista como modo de produção e como processo civilizatório. Não se trata apenas da competição entre potências distintas, mas entre projetos sistêmicos que vão se definindo à medida em que os confrontos globais forem se agudizando.

A China coloca em questão o protagonismo no mundo das potências marítimas e atlantistas, o domínio global das ilhas peninsulares e costeiras. Traz grandes massas demográficas e a articulação de espaços continentais e vocações marítimas. Classe e geopolítica se combinam abrindo o espaço para as potências anfíbias como eixo da emergência de um poder global multipolar. Isso deve estar no centro de uma teoria marxista geopolítica tal como apresento em meu artigo publicado no livro *Hacia la Tercera Guerra Mundial*, que

organizei com Francisco Lopez Segrera e Manolo Monereo (Monereo; Martins; Segrera, 2024). Este projeto assume não apenas forte vocação eurásiana, mas se estende para o Sul Global por meio do BRICS e sua ampliação. O anti-imperialismo torna-se um eixo de unidade e de articulação da imensa diversidade de sistemas políticos, econômicos e sociais que se reúnem em torno do bloco emergente, uma vez que o imperialismo ultramarino das potências atlantistas, liderado pelos Estados Unidos, busca impor o cerco e o desmonte deste bloco e das iniciativas de fortalecimento da soberania nacional ou regional.

Há no bloco liderado pelos Estados Unidos uma tendência a substituir o imperialismo informal liberal pelo imperialismo *tout-court*, como Arrighi o denominava, pela incapacidade crescente de aceitar o declínio do poder atlantista impulsionado pelas tendências competitivas da economia mundial. Trata-se de tentar submetê-las por meio da força estatal do imperialismo. Trump não foi um acidente na política norte-americana. Elevou a um novo patamar a economia política das sanções, rompeu com o multilateralismo e em diversos aspectos com o neoliberalismo. Biden abandonou o unilateralismo de Trump em favor de uma política de coalizão, mas não pode mais voltar ao globalismo neoliberal. As barreiras internas colocadas pelo grande capital para a redução das desigualdades criadas nos últimos 40 anos, somam-se à política externa de confronto, cerco e ameaça e abrem espaços para a emergência do fascismo. Este atribui às populações de origem periférica, aos movimentos sociais organizados, à expansão dos gastos públicos para incluir as grandes massas, à transnacionalização produtiva e às potências emergentes do Sul global as razões da crise econômica, política e social.

Importante mencionar que na raiz do declínio dos Estados Unidos está o neoliberalismo. O neoliberalismo estabeleceu a financeirização e a deslocalização produtiva como os pilares de um novo padrão de reprodução do capital para rebaixar os preços da força de trabalho por debaixo de seu valor. Erigiu-se a dívida pública como o elemento mais dinâmico da acumulação de capital nos Estados Unidos e países da OTAN, impulsionando o parasitismo e rebaixando o investimento produtivo, e regulou os preços da força de trabalho pelos estabelecidos em países da periferia e semiperiferia por meio da deslocalização produtiva. O resultado foi de um lado, de forma mais imediata uma ampla vitória do grande capital sobre a classe trabalhadora de origem fordista, mas também de forma mais lenta um profundo declínio do Estado norte-americano na economia mundial.

No bloco de poder do Sul global há ambiguidades e contradições internas em relação ao imperialismo ocidental e imensas diversidades, mas o aprofundamento dos conflitos geopolíticos atua como um combustível para reforçar a unidade anti-imperialista. Abre-se a questão sobre se o avanço desses conflitos tende a formular alguma síntese que aproxime esta diversidade de marcos de unidade mais profundos, ou se o poder multipolar se definirá como a articulação de um conjunto multitudinário de forças locais, em grande parte reativas ao imperialismo liberal, mas também a avanços sociais e democráticos

mais profundos. Entretanto, a ampliação das escalas das lutas globais tende a favorecer os conflitos internos e um salto de qualidade na afirmação do poder popular. As guerras criam alto grau de mobilização e tendem a favorecer o nivelamento social se vencidas pelas forças progressistas.

3) *A guerra da Ucrânia é um fenômeno novo no teatro europeu, que rearticula indiretamente, em termos militares, muitos componentes da rivalidade entre Washington e Pequim. Você poderia nos comentar algo sobre o curso da política de Xi Jinping diante da guerra, e quais interesses busca defender?*

A guerra na Ucrânia entre OTAN e Rússia é o resultado de um projeto estadunidense de expansão para o Leste desta organização e de cerco e fragmentação da Rússia para impedir a materialização do grande fantasma dos teóricos geopolíticos anglo-saxões: a criação do que Nicholas Spykman (1944, 2007) chamou de uma ilha-mundo na Eurásia, que conectasse Alemanha, Rússia e China e fosse capaz de superar a centralidade e o domínio ultramarino das ilhas peninsulares no planeta. O deslocamento do dinamismo produtivo para a China e a substituição da ideologia da modernização pela de austeridade na política externa norte-americana inclinaram a balança de poder para a Eurásia, em particular, para a China e a Rússia. Tornou-se extremamente necessário para os Estados Unidos impedirem que a Rússia pudesse atuar como uma fonte de suprimentos para a Europa e um corredor logístico entre ela e a China, tornando-se uma dimensão estratégica da construção de um espaço geoeconômico e geopolítico eurasiático. A “revolução laranja” buscou limitar ou impedir que a Rússia utilizasse o território ucraniano como corredor de exportação para a Europa, mas seu fracasso e a construção dos gasodutos Nord Stream I e II levaram à articulação de um golpe de Estado em 2014, ao impedimento da participação da Ucrânia no estabelecimento da União Alfandegária Eurasiana e à escalada de sanções contra a Rússia e as empresas envolvidas nos projetos dos gasodutos. As sanções contra a Rússia se agravaram com a anexação da Crimeia em reação ao Golpe de Estado e à perseguição da população russófila que contra este se colocou. Entretanto não foram capazes de impedir a expansão geoeconômica da Eurásia e o papel estratégico da Rússia neste processo. Para fazê-lo foi necessário criar uma guerra aberta com a Rússia. Para isso aumentara-se as pressões militares sobre as suas fronteiras e violou-se o Protocolo de Minsk, colocando em risco a população russófila em Donbass. A cimeira da OTAN de 2021 reiterou o convite à Ucrânia para se integrar à organização e poucos meses depois os Estados Unidos assinaram um documento com o país de maioria eslava denunciando a anexação da Crimeia e comprometendo-se com a defesa da soberania do país.

A guerra atende assim ao objetivo de bloquear a construção geoeconômica da Eurásia e para isso deve ser crônica e ampliada para criar uma situação de exceção permanente, uma vez que a tentativa de derrotar a Rússia através da combinação de ajuda militar e bloqueio

financeiro, comercial e diplomático revelou-se um fiasco. O acordo de cooperação e parceria sem limites para a entrada em uma nova era de desenvolvimento sustentável, multipolaridade e democratização das relações internacionais, entre Xi Jinping e Putin, em fevereiro de 2022, foi uma resposta ao acordo entre Estados Unidos e Ucrânia. A Rússia ampliou o intercâmbio comercial com a Ásia, em especial com a Índia e a China, substituindo o mercado da União Europeia e em grande parte compensando a retração de suas relações comerciais com esse. A Índia dirigiu 36% de suas importações de petróleo para a Rússia em 2023, que ultrapassou o Iraque como o seu principal fornecedor - mesmo partindo de um patamar inexpressivo em 2021 -, e reduziu suas importações de países da OPEP para menos de 50% em 2023, desde aproximadamente 70% em 2021. A China acelerou e ampliou o seu intercâmbio com a Rússia e em 2023 passou a representar 54% das exportações deste país. 95% do comércio entre esses países é realizado em yuan e permite a Rússia adquirir materiais de importância logística que são indispensáveis para sustentar o seu esforço de guerra, como caminhões superpesados, escavadeiras, chips de silício ou rolamentos de esferas para uso de tanques. O superávit comercial obtido com a China e a Índia possibilitou à Rússia enfrentar as sanções econômicas, estabilizar o rublo e aprofundar o intercâmbio com a Ásia, em particular com o Irã, de quem adquire equipamentos militares.

A liderança da China foi essencial para a ampliação do BRICS, com o ingresso de Egito, Emirados Árabes, Etiópia, Irã e Arábia Saudita, fortalecendo o respaldo diplomático à Rússia. O desenvolvimento da concertação política no Sul Global tem sido chave para estabelecer um colchão de resistência às condenações à Rússia na ONU que engloba a representação política estatal de mais da metade da população do planeta. A política de Xi Jinping busca favorecer as tendências multipolares e a transição para uma ordem multipolar e isso implica fortalecer a resistência ao imperialismo norte-americano e a seus aliados locais subimperialistas.

4) *Giovanni Arrighi afirmava em seu Adam Smith em Pequim (Arrighi, 2008) que a ascensão-surgimento da China, em função de suas particularidades históricas milenares, poderia se dar através de um desenvolvimento pacífico, atenuando as tendências militaristas num mundo até então dominado pela unipolaridade do imperialismo norte-americano. A guerra da Ucrânia, a militarização do Mar do Sul da China e os exercícios militares ao redor de Taiwan (tanto pelos EUA, quanto pela China) denotam, entretanto, tendências a confrontos mais clássicos. Como podemos entender essa relação político-militar na disputa hegemônica hoje?*

Da parte da China não há nenhuma indicação de aposta em uma direção militarista, mas isso não é em si mesmo suficiente para determinar a direção do processo ou da transição em curso para o longo século XXI, caso se complete. A política externa chinesa desde

Zhou Enlai tem entre os seus pilares a defesa da soberania e do direito à autodeterminação dos povos. Essa direção tem sido reforçada por avanços mais recentes materializados na defesa da paz como um bem coletivo, do desenvolvimento como um processo cooperativo e global e da civilização como uma construção plural, diversificada, interativa e planetária. Os esforços militares chineses são eminentemente defensivos e voltados para responder à crescente agressividade do imperialismo dos Estados Unidos e da OTAN.

Além disso as visões que procuram caracterizar a China como imperialista ou capitalista para sinalizar uma repetição de padrões históricos agressivos de disputas mundiais me parecem bastante frágeis. Se baseiam em elemento conjunturais de relevância limitada. É verdade que houve um aumento da desigualdade na China desde os anos 1990, como resultado da hibridização do socialismo chinês com a economia mundial capitalista, mas a direção política do processo parece estar nas mãos do PCCh que desde 2008 reorientou o curso da economia chinesa, reforçando o setor estatal, a proteção social e o vínculo com o Sul global. O capitalismo é um sistema que se impôs nos grandes centros simultaneamente à sua expansão ultramarina e gerou períodos de liderança através do antigo colonialismo, do imperialismo ou de reestruturações hegemônicas e não por meio de um capitalismo endógeno que se desdobrou posteriormente ao exterior. A acumulação de capital na China é limitada pela centralidade do Estado no padrão de reprodução material e ela não assenta sua política externa no unilateralismo, não dirige uma aliança militar de ocupação, dominação e ingerência, não centra sua expansão econômica em empresas privadas motivadas por altas taxas de lucro e não possui a moeda mundial de referência. Não dispõe de um sistema mundial de exploração das periferias e está fortemente pressionada pela hostilidade norte-americana a restituir certas dimensões históricas do império do meio, isto é, transferir recursos a Estados estratégicos em troca de aliança política, agindo na direção oposta do imperialismo ocidental. Tal analogia é reconhecida no pensamento chinês que defende a formulação de um novo Tianxia.

Penso que estamos em uma situação de empate catastrófico no sistema-mundo, onde a hegemonia dos Estados Unidos colapsou e tampouco este país consegue através do recurso à dominação restabelecer qualquer ordem global. O poder norte-americano e o imperialismo ocidental não são mais capazes de impedir a expansão do novo polo emergente, centrado em potências anfíbias, e a proliferação de tendências multipolares. Entretanto, são ainda capazes de impedir uma nova ordem multipolar, mas não de obstar as tendências multipolares. Evidentemente, há uma estrutura de poder que permanece em âmbito regional e que está apoiada em estruturas seculares como as da dependência ou em protetorados militares. Mas mesmo aí há um forte desgaste, seja no caso de países dependentes por seus modelos economicamente subordinados e socialmente excludentes, seja no caso dos protetorados pela resistência ao seu expansionismo e poder regional. O abandono da ideologia da modernização pela de austeridade, como eixo econômico da política externa dos Estados Unidos, e o declínio do neoliberalismo aprofundam a

desigualdade, a superexploração dos trabalhadores e desgastam fortemente a democracia liberal, cada vez mais vista como instrumento retórico de defesa do poder de oligarquias rentistas, parasitárias e que restringem o pluralismo para muito poucos, inclusive nos centros ocidentais. O ressurgimento do fascismo é expressão deste declínio, das limitações de organização das esquerdas e da captura da insatisfação popular por frações da burguesia que buscam utilizá-la em seu favor nas disputas intercapitalistas e nos grandes conflitos mundiais.

Se descartamos a alternativa militar e imperialista como a carta jogada pela política externa chinesa, a solução pacífica dependeria de duas vias hipotéticas: a) um acordo entre os blocos liderados pela China e pelos Estados Unidos sobre a reorganização do sistema-mundo; b) a derrota do bloco imperialista liderado pelos Estados Unidos nos conflitos globais e internos.

A primeira alternativa me parece ilusória por bastante tempo tendo em vista a distribuição de forças políticas nos Estados Unidos e nos países da OTAN. Será provavelmente necessário derrotar o bloco imperialista liderado pelos Estados Unidos e a OTAN, o que exigirá conflitos sociais, políticos e militares para desmontar as estruturas de poder do imperialismo e da dependência que estão de pé. Como isso será possível sem gerar uma nova catástrofe global, ainda muito pior que a Segunda Guerra Mundial?

A guerra do Vietnã pode dar pistas para uma resposta. Esta foi uma guerra vencida politicamente muito mais que militarmente. Os custos humanos e econômicos do imperialismo no mundo contemporâneo podem se tornar demasiadamente altos, desgastar as forças dominantes nos grandes centros ocidentais e suscitar movimentos insurrecionais que criem uma inflexão política nestes espaços do mundo. Isso exige um forte ativismo em todas as dimensões da vida social e política.

5) *Recentemente, a 15ª cúpula dos BRICS, realizada na África do Sul, aprovou a expansão do bloco, incluindo nações como Irã, Arábia Saudita, Argentina, Egito, Etiópia e Emirados Árabes Unidos. Essa inclusão é parte central da política chinesa, que busca criar organismos do "Sul Global" que se oponham às instituições tradicionais dominadas pelos Estados Unidos. No entanto, não parece existir um princípio coeso que fundamenta o objetivo dos BRICS. De que maneira essa configuração contraditória se encaixa no plano de Xi Jinping?*

Creio que o objetivo é fazer frente ao poder econômico, financeiro, militar e diplomático do imperialismo estadunidense. Para isso há que se ganhar escala, amplitude e espacialidade. São todos países com inserção no sistema-mundo bem definida: são Estados da periferia ou semiperiferia, com localização geopolítica privilegiada no Mar Vermelho ou Golfo Pérsico e detentores de recursos estratégicos, excetuando a Argentina, que se

retirou, mas possui inserção importante no triângulo do lítio e no fornecimento mundial de grãos e cereais. O possível ingresso da Venezuela, que já solicitou adesão, em futuro próximo, reforça a condição do BRICS como potência petroleira e dinamita o monopólio do dólar sobre as transações de petróleo e gás, vulnerabilizando fortemente a moeda norte-americana.

Trata-se um realismo político do Sul em sua luta por espaços e poder no sistema-mundo em que vivemos: uma guerra de posição no tabuleiro mundial do poder. Divergências de regimes políticos são para isso relativamente secundárias desde que convirjam no objetivo central de reduzir as margens de manobra do imperialismo ocidental. Tais avanços no cenário mais global tendem a repercutir a médio e longo prazo nos espaços nacionais favorecendo o fortalecimento dos movimentos sociais

6) *A viagem de Lula à China e seu encontro com Xi Jinping foi um dos principais acontecimentos na política externa do novo governo. Sua política exterior, de não alinhamento automático, está baseada numa espécie de dupla dependência, em relação aos EUA e a China. Essa dupla dependência obriga o governo a se equilibrar entre rivais, numa situação de desordem global. De que maneira essa aproximação insere o Brasil e a América Latina na arena das disputas globais?*

Não diria que há dependência do Brasil em relação à China. A dependência envolve a construção de estruturas de classe internas articuladas ao imperialismo, onde este penetra no espaço nacional, funde-se parcialmente com essas frações de classe e condiciona fortemente o aparato repressivo e ideológico para respaldar as transferências de internacionais e internas de mais-valor das quais se beneficiam. Não é o caso da relação entre China e Brasil. Há uma forte vinculação brasileira à China no comércio exterior que beneficia principalmente o agronegócio local e o extrativismo, mas esses segmentos são extremamente vinculados à liderança política e ideológica norte-americana, principalmente de sua extrema-direita, e refratários à agenda geopolítica de integração ao BRICS e à China, sustentada pela centro-esquerda e as esquerdas brasileiras, a quem se opõem.

Lula exerce uma política externa centrista, com viés favorável ao Sul Global e ao novo eixo geopolítico emergente, mas tomando o cuidado para manter as relações de boa vizinhança com os Estados Unidos e as frações internas da dependência e do imperialismo. Por isso não nomeia a sua política externa de independente e nem de soberana, mas de ativa e ativa, o que designa basicamente um comportamento individual e não uma condição ou um paradigma que se busca atingir ou implementar. Evita movimentos mais radicais, que possam identificar o governo brasileiro com o anti-imperialismo, restringindo-se à defesa de um multilateralismo pragmático. Navega e colabora com desenvoltura em espaços internacionais abertos pela China, como o BRICS e sua ampliação, mas evita o desgaste

de chamar para si a posição de fronteira, de líder. Assim, não assume um protagonismo regional que seja capaz de dar consistência e solidez à recriação da Unasul, ainda um ato mais performático do que gerador de avanços institucionais. Oscila nas posições internacionais, defendendo a retirada das tropas russas da Ucrânia na ONU e descrevendo inicialmente os ataques do Hamas como terroristas para, posteriormente, assumir posições mais contundentes de crítica a Israel, à Ucrânia e à OTAN.

O Brasil de Lula parece oscilar entre a dependência em que se assenta, mas onde busca aumentar a sua margem de autonomia sem a pretensão de promover rupturas, e o novo eixo emergente no qual se apoia para isso. Esse conflito é visto sobretudo nas diretrizes de política externa, por meio da contraposição ao imperialismo *tout-court* estadunidense, mas muito menos em relação ao imperialismo liberal e sua face interna no Brasil. Como o espaço para promover reformas na ordem internacional promovida pelo imperialismo é mínimo, os avanços se dão a partir de novos espaços institucionais impulsionados pela China, exercendo o Brasil um papel muito superficial e limitado de contraposição no hemisfério ocidental, em particular na América do Sul, o que se verifica, por exemplo, pela estagnação da Unasul e do Mercosul, que não aprofundam suas bases institucionais de cooperação. O Banco do Sul continua uma peça de ficção e o Brasil ainda não aderiu à Telesur, permanecendo sem desafiar o monopólio midiático privado no país e sua ampla hegemonia ideológica, profundamente vinculado ao poder norte-americano.

A vinculação do Brasil ao BRICS e ao novo eixo geopolítico emergente é uma força de renovação político-ideológica da região, ainda que seu alcance seja limitado pela relação de compromisso do governo Lula com o capital financeiro, o agronegócio, o Estado norte-americano, a União Europeia e suas frações capitalistas, de quem estabelece autonomia relativa, muito mais freando suas conquistas do que as revertendo e estabelecendo novos paradigmas de desenvolvimento, centradas na soberania do Estado e em uma democracia popular.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do Século XX.** São Paulo, Boitempo, 2008.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MONEREO, Manolo; MARTINS, Carlos Eduardo; SEGRERA, Francisco López. ¿Hacia la tercera guerra mundial? Barcelona: El Viejo Topo, 2024.

SPYKMAN, Nicholas John. **The Geography of Peace.** New York: Harcourt, Brace and Company, 1944.

SPYKMAN, Nicholas John. **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power.** New Jersey: Transaction Publishers, 2007.